



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Geral de Administração – SGA
Secretaria Executiva de Licitações e Contratos – SELICON
Divisão de Gestão de Contratos e Registro de Preços – DIVCT

ORDEM DE SERVIÇO Nº 27/2017/DIVCT/SELICON

Processo Nº: 2249/2017

Nota de Empenho Nº: 106/2017

Contratante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO

Contratado: **QUALIGE – QUALIDADE EM GESTÃO PÚBLICA LTDA-ME**, CNPJ n. 17.548.287/0001-91, Av. Cândido de Abreu, n. 526, conjunto comercial 1610, 16º andar, sala A, Centro Cívico, CEP: 80.530-000, Curitiba – PR

Endereços Eletrônicos: luciano@rcl.adv.com.br

Tipo de Contratação: Inexigibilidade – art. 25, II da Lei n. 8.666/93.

Instrumento Vinculante: Projeto Básico, Proposta da Contratada.

Por meio do presente, fica a empresa **QUALIGE – QUALIDADE EM GESTÃO PÚBLICA LTDA-ME**, por meio do instrutor **LUCIANO ELIAS REIS**, contratada para ministrar curso sobre “**BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS**”, no período de 11 a 18.9.2017, nos municípios de Vilhena, Cacoal, Ariquemes e Porto Velho.

Do Valor: R\$ 57.290,00 (cinquenta e sete mil, duzentos e noventa reais).

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme a seguinte Ação Programática: 01.122.1220.2640 – Capacitar os servidores do Tribunal de Contas, Elemento de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, **Nota de Empenho nº 106/2017**.

Setor/servidor responsável: Raimundo Oliveira Filho – Diretor Geral da Escola Superior de Conta - ESCon

Telefone: (69) 3211-9020.

Da Execução: O serviço deverá ser executado nos termos do Projeto Básico.

Duração: Será realizada no período 11 a 18.9.2017.

Local de prestação dos serviços: Auditório do prédio sede do TCE/RO e auditórios das Secretarias Regionais de Controle Externo.

Sanções Administrativas: Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes, previstas na Lei nº 8.666/93, as seguintes penalidades:

- I. Advertência.
- II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:
 - a) No atraso injustificado para a execução do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (zero vírgula trinta e três centésimos por cento) por dia



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Geral de Administração – SGA
Secretaria Executiva de Licitações e Contratos – SELICON
Divisão de Gestão de Contratos e Registro de Preços – DIVCT

- sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (zero vírgula trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
 - c) No caso de atraso injustificado para refazimento do serviço, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, incidência limitada a 10 (dez) dias;
 - d) Na hipótese de atraso injustificado para refazimento do serviço, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho;
 - e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
 - f) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.
- III. Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:
- a) Pelo descumprimento total, 20% sobre o valor contratado;
 - b) Pelo descumprimento parcial, até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida – aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
 - c) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, durante a validade da proposta.
- IV. Demais penalidades previstas em Lei.

A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da lei.

O procedimento no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia para a apuração de falta contratual observará o disposto nas Resoluções 141/2013/TCE-RO e 151/2013/TCE-RO.

Subcontratação: Fica vedada a subcontratação, salvo se autorizado pela Administração Pública, nos termos do art. 72, da Lei nº 8.666/93.

Porto Velho, 1 de agosto de 2017.

(assinado eletronicamente)
HUGO VIANA OLIVEIRA
Secretário-Geral de Administração – TCE/RO em substituição

QUALIGE – QUALIFICAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA-ME
Representante legal